

Políticas Públicas NA Educação BRASILEIRA

Diversidade

Atena Editora



Atena Editora

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
DIVERSIDADE**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Profª Drª Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Pesquisador da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª. Drª. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª. Drª. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Políticas públicas na educação brasileira: diversidade / Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. 227 p. : 2.528 kbytes – (Políticas Públicas na Educação Brasileira; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-93243-76-9 DOI 10.22533/at.ed.769182003 1. Educação e Estado – Brasil – Multiculturalismo. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I

A AFIRMAÇÃO DOS VALORES CIVILIZATÓRIOS AFRO-BRASILEIROS NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NEGRA E A LEI 10.639/03

Érica Monale da Silva Gomes, Paula Paulino da Silva, Suzana dos Santos Cirilo e Ivonildes da Silva Fonseca..... 5

CAPÍTULO II

A ANTROPOLOGIA COMO PONTO DE REFLEXÃO SOBRE A DIVERSIDADE NOS CURSOS DE DIREITO

Rafael Gomes da Silva Carneiro e Brenno Fidalgo de Paiva Gomes16

CAPÍTULO III

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite e Nágib José Mendes dos Santos.....25

CAPÍTULO IV

A LITERATURA AFRICANA NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONSTRUINDO PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM SALA DE AULA

Edmar Ferreira Santos35

CAPÍTULO V

A POLÍTICA DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS: ASPRIMEIRAS ASPIRANTES NA ESCOLA NAVAL

Hercules Guimarães Honorato.....48

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS NA ESCOLA DO CAMPO: CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Maysa Conceição de Farias Albuquerque, Emanuelle de Oliveira Belisario e Maria Joselma do Nascimento Franco 60

CAPÍTULO VII

ARTE E CONSCIÊNCIA NEGRA: PRODUÇÃO DE SABERES NA INTERFACE ESCOLA E TERREIRO DE UMBANDA

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes, Lílian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa e Rafael Gomez da Silva Carneiro 73

CAPÍTULO VIII

BOA ALUNA, MAU ALUNO

Hellen Cristina de Oliveira Alves81

CAPÍTULO IX

CONCEPÇÕES DA PROPOSTA CURRICULAR E A PRÁTICA DE SALA DE AULA SOBRE A TEMÁTICA DA DIVERSIDADE EM UMA ESCOLA DA ZONA RURAL DE SÃO LOURENÇO DA MATA – PE

Joel Severino da Silva e Luciana Menezes de Lima Mendes87

CAPÍTULO X

DOMINAÇÃO MASCULINA E ESCOLA PÚBLICA

Alan Isaac Mendes Caballero98

CAPÍTULO XI

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UMA REFLEXÃO DA PRÀXIS PEDAGÓGICA QUE LEVAM AS ATITUDES DISCRIMINATÒRIA

Suely Marilena da Silva e Fernanda Carvalho Guimarães 110

CAPÍTULO XII

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ENFOQUE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA MUNICIPAL EM MURITIBA/BA

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro, Grasiela Lima de Oliveira, Maria Juliana Chaves de Sousa e Alessandra Alexandre Freixo 128

CAPÍTULO XIII

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INCLUSÃO DOS POVOS CIGANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO ENSINO BRASILEIRO.

Maria Raquel Alves da Rocha 140

CAPÍTULO XIV

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: UMA FRONTEIRA QUE NECESSITA SER DESFEITA

Anna Carla Ferreira de Araújo e Anna Cristina Ferreira de Araújo 152

CAPÍTULO XV

JOGOS COOPERATIVOS E O PROBLEMA DA COEDUCAÇÃO – REFLEXÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

Cynthia Nery da Silva, Jéssica Dayane da Silva Martins, Rayane dos Santos Borges, Silvana Nóbrega Gomes e Lígia Luís de Freitas 161

CAPÍTULO XVI

O SILENCIAMENTO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: O AVANÇO DO CONSERVADORISMO NO BRASIL E NO RECIFE

Isabella Nara Costa Alves 170

CAPÍTULO XVII

O/A DOCENTE DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO/A MONITOR/A EM ALTERNÂNCIA

Grasiela Lima de Oliveira, Alessandra Alexandre Freixo e Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro 182

CAPÍTULO XVIII

OS CONFETOS DAS BICHAS DOCENTES COMO MARCADORES DA HOMOSSEXUALIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO

Roberto Vinício Souza da Silva, Rosemary Meneses dos Santos e Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento..... 195

CAPÍTULO XIX

RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINAR A CUIDAR EM ENFERMAGEM: DESAFIOS E OS POSSÍVEIS AVANÇOS NESSE CAMPO DE CONHECIMENTO

Valdeci Silva Mendes e Candida Soares da Costa..... 208

Sobre os autores.....222

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

**Tamires de Campos Leite
Nágib José Mendes dos Santos**

A ESCOLA DO CAMPO E OS SURDOS CAMPONESES: IMPASSES E POSSIBILIDADES FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Tamires de Campos Leite

Universidade Federal de Alagoas, Curso de Letras-Libras/Faculdade de Letras
Maceió - Alagoas

Náigib José Mendes dos Santos

Universidade Federal de Alagoas, Curso de Letras-Libras/Faculdade de Letras
Maceió - Alagoas

RESUMO: Este trabalho tem como principal escopo, compreender o processo de inclusão da pessoa surda nas escolas do campo. Isso, partindo da concepção de a inclusão escolar ser entendida como um direito de todos a uma educação de qualidade, independentemente da localidade onde mora, da condição física, psicológica e, ou, linguística dos sujeitos. Tal premissa também abrange as pessoas surdas que, quando residentes em localidades rurais, são duplamente excluídos por serem camponeses e surdos. Para alcançar o referido objetivo, de forma específica, essa pesquisa propõe: caracterizar quem são os surdos do campo; Discutir sobre os direitos educacionais desses sujeitos; e Refletir sobre os limites e possibilidades da inclusão da pessoa surda na escola do campo. Neste intento, o presente trabalho trata-se de um estudo bibliográfico que se debruça sobre as temáticas da Educação do Campo, Educação Inclusiva e Educação de Surdos, e documentos legais pertinentes às temáticas supracitadas. Como resultado, é possível perceber que a educação do campo pode ser considerada, até mesmo ontologicamente, um espaço propício para a inclusão dos surdos camponeses, desde que seja ofertada uma educação bilíngue que contemple a realidade campesina vivenciada por esses sujeitos. Contudo, é importante salientar que esta pesquisa visa instigar outras para que busquem analisar o processo de inclusão escolar dos surdos camponeses.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar. Surdos. Educação do Campo.

1- INTRODUÇÃO

Ao analisar os contextos da educação inclusiva e o da educação do campo, nos deparamos com um histórico de exclusão e isolamento social proporcionado pelo poder elitizado e formulador das políticas públicas que, visando o capital, pouco se interessa pelos povos menos favorecidos, ou pelos grupos minoritários. Grupos esses, nos quais se encontram inseridos os surdos e as populações de localidades rurais.

Apesar dos surdos e dos povos do campo se organizarem em movimentos distintos, é inegável a existência de pessoas surdas vivendo nas diversas localidades rurais do Brasil: comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas, acampamentos, assentamentos, entre outras que necessitam de uma educação compreendida de todos os direitos garantidos aos surdos e aos povos do campo. Por isso, como destaca Caiado e Meletti (2011), faz-se necessário que haja interfaces entre a educação do campo e a educação inclusiva das pessoas com a característica da deficiência, inclusive as pessoas com surdez.

Assim, diante dessa discussão, surge a necessidade de compreender as seguintes problemáticas: a inclusão educacional do surdo-camponês é pautada em uma educação que valorize a subjetividade, a língua e as identidades móveis desses sujeitos? Os surdos matriculados nas escolas do campo têm a garantia do direito a uma educação na localidade que mora e voltada aos interesses da comunidade pertencente?

Frente a essas questões, a presente pesquisa objetiva, de forma geral, buscar compreender o processo de inclusão da pessoa surda nas escolas do campo, por meio de um estudo bibliográfico e documental. De forma específica terá como objetivos: 1. Caracterizar quem são os surdos do campo; 2. Discutir sobre os direitos educacionais desses sujeitos; e 3. Refletir sobre os limites e possibilidades da inclusão da pessoa surda na escola do campo. São sobre esse aspecto que se deterão os tópicos seguintes.

2- O SURDO CAMPONÊS

No Brasil, existem diferentes comunidades camponesas onde se encontram sujeitos surdos inseridos em diversos ambientes sociais: Famílias, Escolas, Igrejas, entre outros espaços. Contudo, segundo Macêdo (2011), essas pessoas surdas, residentes nas localidades rurais, em sua maioria, não tem contato com a Língua de Sinais e não interagem facilmente com as pessoas, pois a comunicação se limita a gestos, os quais Macêdo (2011) chama de “gestos caseiros”. O não conhecimento da Língua de Sinais, por parte dos ouvintes e dos surdos, torna essa comunicação limitada, sendo os surdos, deste modo, difíceis de serem compreendidos pelos familiares e demais cidadãos pertencentes às comunidades do campo.

Apesar dos surdos camponeses não terem contato com a Língua de Sinais, estes também “compartilham das mesmas peculiaridades e apresentam em seu interior fatores identitários e culturais próprios” (MACÊDO, 2011, p.13), sendo indivíduos detentores de uma identidade construída a partir das experiências visuais.

Além de possuírem identidades visuais, os surdos do campo possuem conhecimentos sobre a terra e a natureza, de acordo com as localidades em que vivem, pois esses trabalham com seus pais camponeses e, tais camponeses, conforme Caldart (2003), desenvolvem relações sociais produzindo conhecimentos, “sentimentos, valores, comportamentos, habilidades, ações cotidianas e ações extraordinárias” (CALDART, 2003, p.73), e, além disso, baseiam sua subsistência de forma sustentável, em sintonia com a natureza. Essa vivência que os surdos de localidades rurais adquirem, compõe suas identidades sociais e culturais.

Os surdos camponeses, normalmente, são filhos de ouvintes, como afirma Macêdo (2011), sendo estes pais, muitas vezes, analfabetos ou não conhecedores da surdez. Deste modo, devido a essa ausência de conhecimento dos pais e também das demais pessoas da localidade camponesa, os surdos acabam por ter uma vida de exclusões e limitações.

De acordo com Melo (2004), quando há limitações na comunicação entre surdos e seus familiares, a escola torna-se primordial para a criança surda ter contato com sua língua natural. Para isso, a escola deve ser um ambiente linguístico

favorável, cuja comunicação ocorra fluente em Língua de Sinais, de forma viva e natural entre todos os segmentos escolares, envolvendo também surdos adultos.

Quando a escola não apresenta as características supracitadas e, mesmo assim, os surdos são nelas incluídos, estes apresentam diversas dificuldades para se desenvolverem. Isso ocorre, conforme Amaral e Lobato (2016), porque os surdos frequentam escolas onde os colegas, professores e demais funcionários não possuem conhecimento na Língua de Sinais. Como consequência, os/as estudantes surdos/as tendem a ficar isolados/as, não apresentando interesse em aprender e faltando constantemente às aulas, com isso ficam desmotivados e acabam por evadir da escola.

Essa realidade educacional dos surdos camponeses não é admissível, visto que esses dispõem de aportes legais que asseguram o direito à educação de qualidade no lugar onde moram.

3- OS DIREITOS EDUCACIONAIS DOS SURDOS CAMPONESES

O direito à educação, segundo Haddad (2012), no Brasil já foi consolidado ao ser reconhecido legalmente. Contudo, ainda é necessário inúmeras mudanças acontecerem para esse direito à educação se consolidar plenamente.

Os surdos, enquanto sujeitos camponeses, dispõem dos direitos legais que cabem às pessoas surdas, acrescido aos direitos do sujeito do campo. Tais direitos abrangem o âmbito educacional, visto que, a escola é o ambiente propício para a formação do ser social, pois é “lugar de tratar das diversas dimensões do ser humano, de modo processual e combinado” (CALDART, 2003, p.73).

Diante dos aportes legais, os surdos camponeses têm direito a uma educação bilíngue nas escolas, tendo a Libras como primeira língua e o português como segunda língua, na modalidade escrita. Além disso, é direito da pessoa surda ter acesso a recursos tecnológicos para ampliação de suas habilidades, conforme os incisos IV e XII do Artigo 28 da Lei Nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão, sancionada em 06 de julho de 2015, na qual se destina a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Somado ao direito acima mencionado, de acordo com o Artigo 5 da Resolução CNE/CEB Nº 1, de 03 de Abril de 2002, todos tem o direito a uma escola de qualidade situada na localidade rural em que mora. Tal escola, segundo o mesmo artigo, deve conter uma proposta pedagógica que respeite as diferenças, contemplando a diversidade presente no campo em seus aspectos sociais, culturais, políticos econômicos, de gênero, geração e etnia. Vale ressaltar que estes mesmos direitos já são assegurados nos Artigos 23, 26 e 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sancionada em 1996 - LDBEN/96.

Acerca do direito ao apoio pedagógico destinado aos estudantes do campo, este deve ser garantido a todos/as os estudantes, conforme o Artigo 7 da Resolução Nº 2 de 28 de Abril de 2008:

A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infra-estruturais adequadas,

bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e esporte, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo... (BRASIL, 2008)

Dessa forma, os surdos nas escolas do campo têm direitos a uma formação bilíngue nas localidades onde moram, cujo ensino contemple suas vivências em comunidade. Essa formação bilíngue do sujeito surdo não se limita apenas na inserção da Língua de Sinais no contexto da sala de aula. De acordo com Moura e Soares (2014), é necessário que o/a professor/a saiba a Língua de Sinais, sendo também importante que os demais funcionários da escola conheçam essa língua, principalmente se não tiver outro aluno surdo na escola. Isto porque, segundo os autores mencionados, o aluno surdo ao ter contato com a língua de sinais desenvolve a aprendizagem e interação com mais facilidade.

3.1- A EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO CONTEXTO CAMPESINO

O projeto de educação bilíngue, como defende Skliar (2015), precisa ser construído politicamente e justificado sócio-linguisticamente, respeitando a identidade móvel do sujeito surdo, representada nos diferentes sistemas sociais, visto que, a educação bilíngue deve ocorrer em todas as instâncias da sociedade onde há interação entre surdos.

Conforme Macêdo (2011), sem contato com a Língua de Sinais dificilmente os surdos terão acesso à comunidade surda. No entanto, a interação entre surdos é primordial para a educação bilíngue, por isso a autora destaca a necessidade dos pais, ao saberem que seus filhos são surdos, aprenderem a Língua de Sinais, visando assegurar que suas crianças surdas aprendam Libras (no caso dos surdos brasileiros) como sua primeira língua.

É a partir dessa educação bilíngue que deve se pautar a escolarização bilíngue. Segundo este modelo educacional, o estudante surdo inicialmente aprende a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), para depois aprender a língua portuguesa como segunda língua na modalidade escrita (MOURA, SOARES, 2014).

A escolarização bilíngue, que Skliar (2015) se refere, consta como direito garantido aos surdos por meio da Lei Nº 13.146, sancionada em 06 de julho de 2015. Esta Lei, em seu inciso IV do Artigo 28, destaca que, no contexto da escola e/ou classes bilíngues, assim como na escola inclusiva, a Libras deve ser ofertada ao surdo como primeira língua, e a língua portuguesa, na modalidade escrita, como língua segunda (BRASIL, 2015).

A educação bilíngue no contexto educacional do campo implica em desenvolver a aprendizagem da criança surda por meio da LIBRAS, tomando por base os conhecimentos de mundo vivenciados por essas crianças na realidade campesina à qual pertencem. Desse modo, o Projeto Político Pedagógico da escola do campo deve ser construído com base na interação entre: comunidade campesina, família, meio sócio-profissional e discentes, promovendo a interface entre saberes programáticos e conhecimentos cotidianos imersos na comunidade, respeitando as *alteridades* e particularidades culturais dos/as estudantes surdos/as (QUEIROZ, 2011; AMARAL, LOBATO, 2016).

As interfaces mencionadas acima é explicitada por Caldart (2003) como um movimento pedagógico que combine as lutas, os trabalhos, as organizações coletivas, as atividades culturais, os cultivos da terra e as memórias, com saberes programáticos escolares traduzidos

[...] em tempos, espaços, formas de gestão e de funcionamento, métodos de ensino e opções de conteúdos de estudo, processos de avaliação, jeito da relação entre educandos e educadores (CALDART, 2003, p.74).

Tudo isso, contemplando, dentre outros aspectos, a formação bilíngue no caso da presença de estudantes surdos/as na sala de aula.

3.2- OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS DO CAMPO

Sabendo que os direitos dos surdos e camponeses estão assegurados por Leis – principalmente o direito de todos terem acesso a uma educação de qualidade – ainda persistem práticas de exclusão, inclusive com surdos camponeses. Pois, segundo Amaral e Lobato (2016), há desinteresse do sistema de ensino incluir os indivíduos surdos na escolar regular, principalmente nas classes multisseriadas (multiano), visto que, várias escolas de localidades rurais possuem turmas multiano, cujos profissionais não estão capacitados para incluir esses/as estudantes.

As dificuldades mencionadas para a efetivação do desenvolvimento educacional do estudante surdo camponês decorrem de vários fatores, tais como: lacunas na formação do corpo docente inicial e continuada, dificuldade de acesso às escolas, materiais inadequados, turmas multiano e necessidade de reestruturação dos currículos, além da ausência de conscientização da comunidade como um todo, que torna difícil a inclusão desses discentes, ou, até mesmo, inexistente (MOURA; SOARES, 2014).

Acrescido aos problemas já mencionados, tem-se que, apesar dos aportes legais que asseguram a formação inicial e continuada dos professores, poucos profissionais que lecionam nas áreas rurais do país dispõem de formação adequada para incluir os/as estudantes com surdez, como aponta Oliveira (2012) e Macêdo (2011). Conforme estes autores, muitos professores do campo não possuem conhecimento na Língua de Sinais, e quando se deparam com estudante surdo/a na sala de aula tentam se comunicar por meio de gestos e, ou, leitura labial.

Essa tentativa de inclusão dos surdos acaba sendo meramente representativa, pois conforme Macêdo (2011, p.12), as “escolas simplesmente acolhem os alunos surdos” que, em sua maioria, não são alfabetizados na sua língua natural, e são recebidos por professores que não possuem conhecimento em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Somado a isso, em muitos casos, também não há a presença de intérprete, o que comprova a inexistência da inclusão (MACÊDO, 2011).

Nas escolas do campo, ainda de acordo com a autora supracitada, os surdos são alfabetizados com métodos que contemplam recursos imagéticos. No entanto, pela ausência de conhecimento na Língua de Sinais o/a estudante surdo/a acaba sendo apenas letrado na língua portuguesa ao memorizar sentenças e palavras, e

não alfabetizado como deveria ser – por meio do aprendizado de sua língua, de forma natural.

Os professores que atuam em turmas multiano também buscam recursos para facilitar a aprendizagem de todos os/as estudantes. Segundo Amaral e Lobato (2016), isso compreende um desafio para o/a professor/a que atua na educação do campo, devido a sua complexidade, pois ao possuir estudantes de diferentes séries/anos, idades e, muitas vezes, de diferentes realidades (no caso específico, a surdez), o ensinar torna-se mais difícil. Deste modo, o processo educacional acaba por destoar da proposta de desenvolver a aprendizagem, de TODOS os/as estudantes, conforme suas realidades campesinas.

Mesmo diante dessas adversidades existentes na educação do campo, ainda é possível mudar esse cenário de exclusão. Um primeiro passo, considerado fundamental, seria os professores obterem conhecimento acerca da Libras e sobre a pessoa surda, para que sua prática pedagógica contemple o bilinguismo baseado na realidade sociocultural, econômico e organizacional da comunidade campesina onde residem os surdos camponeses (MOURA, SOARES, 2014; MACÊDO, 2011). Assim, estes sujeitos que ao longo da história foram desamparados socialmente, passarão a ser considerados cidadãos conhecedores dos seus direitos e ativos na sociedade.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade campesina, onde também se encontram pessoas com surdez, existem possibilidades da educação desses sujeitos neste contexto educacional. Porém, como visto no texto, muitas são as limitações. Isso, devido a desigual distribuição de recursos educacionais previstos nas políticas públicas, provocando a baixa qualidade da educação. Portanto, é necessário percorrer um longo caminho até a melhoria da qualidade na educação dos discentes surdos camponeses (AMARAL, LOBATO, 2016; HADDAD, 2012). Mesmo sabendo, com base no presente texto, das limitações encontradas no processo educacional do aluno surdo camponês, pode-se acreditar que ainda é possível mudar a realidade educacional desses indivíduos, de modo a garantir a concretização de sua aprendizagem. Para que isso aconteça Amaral e Lobato (2016), enfatizam a necessidade de organização e dedicação do corpo docente, sendo importante a realização de algumas mudanças no contexto escolar do campo, tais como: equipamentos de sala de aula adequados ao atendimento e desenvolvimento da aprendizagem do aluno surdo; Participação da família, de modo a contribuir na formação social e educacional do discente surdo; Oferta de curso em Libras para familiares, proporcionando ao indivíduo surdo diálogo no meio familiar; Conscientização das pessoas da comunidade campesina sobre o que é surdez; dentre outras ações.

Este trabalho de pesquisa também leva a observar que, mesmo sendo necessárias mudanças, elas não irão acontecer rapidamente, pois, isso demanda um processo longo e demorado, principalmente se depender dos governantes que, de acordo com Amaral e Lobato (2016), não demonstram nenhum interesse de efetivar a inclusão dessa minoria. Por isso, essa mudança só irá acontecer se

continuarem as lutas dos movimentos da comunidade surda articuladas aos povos do campo.

Segundo Moura e Soares (2014), tal mudança seria possível se algumas ações fossem feitas, tais como: os professores do campo se capacitassem na área da surdez; realização de aulas em Libras privilegiando a cultura surda e as vivências do meio rural com base na realidade onde o aluno surdo mora (produtos agrícolas cultivados na casa de cada um dos discentes e nos objetos comuns ao trabalhador do campo, por exemplo). Tudo isso, articulado entre os conhecimentos obtidos por meio das experiências adquiridas no dia-a-dia no campo, com os conhecimentos programáticos escolares.

Outro aspecto possível de ser analisado a partir deste trabalho é que, diante do contexto de exclusão que historicamente os surdos e os camponeses vivenciaram, é possível concluir que os surdos camponeses foram duplamente excluídos ao longo da história: por serem surdos e por morarem nestas localidades. Essa dupla exclusão vivenciada pelos surdos camponeses proporcionou prejuízo à vivência social e ao desenvolvimento educacional dos surdos.

Assim, pensar no sujeito surdo que reside no campo, compreende considerá-lo como sendo linguisticamente diferente, possuidor de identidades e culturas próprias vinculadas à realidade camponesa pertencente.

É importante salientar que este trabalho não teve a pretensão de esgotar o objeto de estudo proposto, haja vista que analisar, bibliograficamente, como se dá a inclusão do surdo na educação do campo, não proporciona condições de identificar, de forma efetiva, se a inclusão destes sujeitos acontece ou não. Para isso, far-se-á necessário uma pesquisa de campo a fim de identificar como se dá a realidade dos/as alunos/as matriculados/as nas escolas camponesas. Isso, por sua vez, será objeto de futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, E. L. ; LOBATO, H. K. G. A Escolarização do Surdo em Classe Multisseriada: propostas e estratégias de ensino em uma escola no município de Soure-Pará. In: LOBATO, H. K. G.. et al. **Diálogos sobre inclusão escolar e ensino aprendizagem da Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos**. Belém-Pará: UFPA, 2016, p. 179 p. 47-62.

BRASIL. Decreto Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

_____. LDBEN: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação, 5ª Edições Câmara, 2010. Disponível em: <http://www.famasul.edu.br/2015/arquivos_pdf/106.pdf>. Acesso em: Novembro de 2015.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1/2002. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2002.

CALDART, R. S. **A escola do campo em movimento**. Rev. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003. Disponível em: <www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 24 de Maio de 2016.

MELO, A. D. **Educação de surdos no ensino regular: inclusão ou segregação?** Revista do Centro de Educação. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria/RS, v. 2, n. 24, p. 77-85, 2004.

HADDAD, S. **Direito à Educação** (verbete). In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MACÊDO, G. C. **A in(ex)clusão dos surdos na Educação do campo: sensibilizando Professores e compartilhando saberes**. Feira de Santana, v. 2, n. 3, p. 11-25, jul./dez. 2011.

MOURA, C. V. de. SOARES, D. S. V. Surdez em foco: uma experiência em escola do campo. **SIFEDOC**, 2014. Disponível em: <[http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Grupos%20de%20Trabalho%20\(GTs\)/Regional%20Santa%20Maria/GT%206/Regional_Santa_Maria_2013%20\(5\).pdf](http://coral.ufsm.br/sifedocregional/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Grupos%20de%20Trabalho%20(GTs)/Regional%20Santa%20Maria/GT%206/Regional_Santa_Maria_2013%20(5).pdf)> Acesso em: Agosto de 2016.

OLIVEIRA, I. A. de. **Educação Inclusiva em Escolas Multisseriadas do Campo na Amazônia: Um olhar as práticas dos professores**. XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino - UNICAMP - Campinas - 2012. Disponível em: http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/1931b.pdf. Acesso em: Julho de 2016.

QUEIROZ, J. B. P. de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Revista NERA, Presidente Prudente, Ano 14, nº. 18, pp.37-46, Jan-jun./2011. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1347-3845-1-PB.pdf>. Acesso em: Outubro de 2015.

SKLIAR, C. **A localização política da educação bilíngue para surdos**. In:_____. **ATUALIDADE DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: Interfaces entre Pedagogia e Linguística**. – 5 ed. – Porto Alegre: Mediação, 2015.

ABSTRACT: This work has as its main scope, understanding the process of inclusion of the deaf people in countryside schools. This, based on the idea of school inclusion

being understood as everyone's right to a quality education, regardless of the place where they live and the physical, psychological and, or, linguistic conditions of the subjects. Such premise also covers deaf people whom, when residing in rural areas, are doubly excluded for being both countrymen and deaf. In order to reach such goal, specifically, this research proposes to: characterize the deaf countrymen; discuss the educational rights of these subjects; and reflect on the limits and possibilities of the deaf people's inclusion in the countryside school. With this intention, this article is a bibliographical study that deals with the Countryside Education, Inclusive Education and Deaf People Education, and the legal documents regarding the themes previously mentioned. As a result, it is possible to notice that the countryside education can be considered, even ontologically, a propitious space for the inclusion of deaf countrymen, as long as a bilingual education that contemplates the countryside reality lived by these subjects is offered. However, it is important to point out that this research seeks to instigate other researches, so they can analyze the process of school inclusion of the deaf countrymen.

KEY-WORDS: School Inclusion. Deaf people. Countryside Education

Sobre os autores:

Alan Isaac Mendes Caballero Mestrando no programa de pós-graduação da Faculdade de Educação na UNICAMP, cuja linha é Ciências Sociais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES) da mesma faculdade. Graduado em 2017 pela Faculdade de Educação da UNICAMP em Pedagogia. Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa pelo Estado de São Paulo (FAPESP) durante o período da Iniciação Científica. E-mail para contato: alanisaac09@gmail.com.

Alessandra Alexandre Freixo Possui Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000) e Doutorado em Ciências Sociais pela UFRRJ (2010). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), atuando principalmente nas seguintes temáticas de pesquisa: educação e ruralidades, imagens e narrativas no mundo rural, estudos de cultura e mundo rural, ensino de ciências no contexto da educação do campo.

Anna Carla Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do Programa de Iniciação à Docência (PIBID).

Anna Cristina Ferreira de Araújo Graduanda de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integrante do projeto de extensão PIPEX, UFPE. Trabalha na área de biologia vegetal com ênfase em biologia de Briófitas.

Brenno Fidalgo de Paiva Gomes Graduação em Educação Artística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: brenno.fidalgo@gmail.com

Candida Soares da Costa Professora da Universidade Federal de Mato Grosso; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação E-mail: candidasoarescosta@gmail.com

Cynthia Nery da Silva Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); cynthianery@outlook.com

Edmar Ferreira Santos Professor da Universidade do Estado da Bahia. Membro do corpo docente do Programa de Especialização em Educação e Diversidade Étnico-Racial do Departamento de Ciências Humanas, campus VI da Universidade do Estado

da Bahia. Graduado em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia, programa onde atualmente desenvolve pesquisa de doutorado com apoio do Programa de Bolsas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - FAPESB. E-mail: estudosafricanos.edu@gmail.com

Emanuelle de Oliveira Belisario Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: emanuelleoliver@hotmail.com

Érica Monale da Silva Gomes Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: mmonale009@gmail.com

Grasiela Lima de Oliveira Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2015) e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012). Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA (Previsão de término – 2018). Participa do grupo de pesquisa Carta Imagem, coordenado por Alessandra Freixo. Bolsista CNPQ. Atua principalmente nas seguintes áreas: ensino de ciências no contexto da educação do campo, narrativas, educação e ruralidades, formação docente.

Hellen Cristina de Oliveira Alves Professor da Faculdade Afonso Mafrense; Psicóloga do Instituto Federal do Piauí; Graduação em Psicologia pela Faculdade Santo Agostinho; Mestranda em Educação pela Anne Sullivan; E-mail para contato: hellencrisss@gmail.com

Hercules Guimarães Honorato Mestre em Educação pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), ano de conclusão 2012. Graduação em Ciências Navais com Habilitação em Administração pela Escola Naval (ano de conclusão - 1982). Especializações em: Gestão Internacional (2007) e MBA Logística (2009) pelo Instituto COPPEAD de Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Docência do Ensino Superior (2008) pelo Instituto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, RJ. Doutor e Mestre em Política e Estratégia Marítimas pela Escola de Guerra Naval (EGN) - Rio de Janeiro, anos de conclusão 2007 e 1999 respectivamente. Diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) do Rio de Janeiro no Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE-2010). Professor convidado da Escola Superior de Guerra desde 2009, dos Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia e Logística e Mobilização Nacional. Assessor Especial do Superintendente de Ensino da Escola Naval (EN) desde set. 2012 e professor da Disciplina de Metodologia da Pesquisa da mesma IES militar. E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

Isabella Nara Costa Alves Graduação em Pedagogia pela Faculdade dos Guararapes; Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em raça, gênero e sexualidades Audre Lorde (GEPERGES); E-mail para contato: isabella.athos@live.com

Ivonildes da Silva Fonseca Possui graduação em Biblioteconomia e documentação pela Universidade Federal da Bahia (1979), graduação em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1990), graduação em Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1992), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (1995) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2011). Atualmente é professora horista do Centro Universitário de João Pessoa, professor titular da Universidade Estadual da Paraíba, colaboradora - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba, coordenadora - Bamidelê - Organização de Mulheres negras na Paraíba, voluntária do Instituto de Referência Étnica e efetivo da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: mulher negra, educação e etnia, escola e sociedade, racismo e legislação. Grupo de pesquisa: Dandê: educação, gênero e representações afro-brasileiras. Email: vania_baiana@hotmail.com

Jéssica Dyane da Silva Martins Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); jessicamartinsjp@outlook.com

Lígia Luís de Freitas Professor da Universidade – Centro Universitário de João Pessoa; Membro do corpo docente da Graduação – Centro Universitário de João Pessoa; Mestrado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, com sanduíche na Universidade de Barcelona, na área de currículo. Núcleo/Grupo de pesquisas: Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM); Grupo de pesquisa interdisciplinar Música, Corpo, Gênero, Educação e Saúde (MUCGES)

Lilian Gabriella Castelo Branco Alves de Sousa Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; e-mail: gabriellaufpi@outlook.com.br

Luciana Menezes de Lima Mendes Graduação em andamento em Pedagogia. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Ensino Médio (2º grau). Dona Leonor Porto, DLP, Brasil

Maria Joselma do Nascimento Franco Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo -USP (2005), professora associada da Universidade Federal de Pernambuco, Coordenadora (Pibid) fomentado pela CAPES - Subprojeto Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste, pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea - PPGEduc. Email: mariajoselmadonascimentofranco@gmail.com

Maria Juliana Chaves de Sousa Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Centro de Estudos e Documentação em Educação – CEDE da UEFS.

Maria Raquel Alves da Rocha Atualmente desenvolve pesquisas sobre cultura cigana, abrangendo a performance nos rituais ciganos e suas manifestações artísticas. É professora do curso de Artes Visuais na Universidade Federal do Piauí - UFPI e cursa mestrado em Antropologia, pela UFPI. É graduada em Licenciatura em educação artística, com habilitação em Artes Plásticas; é especialista em Arteterapia em Educação e também especialista em Dança e consciência corporal. É docente da Secretaria de educação e cultura do estado do Piauí (SEDUC-PI). A autora é artista designer e bailarina e já desenvolveu trabalhos em danças ancestrais no estado do Piauí. Seu e-mail é raquelalvesrocha@hotmail.com

Maysa Conceição de Farias Albuquerque Estudante do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste) e bolsista do Programa institucional de bolsas de iniciação a docência (Pibid). Email: maysa.albuquerque@outlook.com

Nágib José Mendes dos Santos Professor da Universidade Federal de Alagoas/UFAL – Campus A.C. Simões; - Membro do corpo docente do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. Graduação em Filosofia Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas. Mestrado em Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/CEDU/ Universidade Federal de Alagoas. Participante do Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade – NEEDI. E-mail para contato: nagibem@gmail.com.

Osdí Barbosa dos Santos Ribeiro Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Maria Milza – FAMAM e em Letras Português/Inglês Pelo Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR; especialista em MBA Gestão de Pessoas e em Gestão Escolar pela Faculdade Batista Brasileira - FBB, em Educação do Campo e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias – FAC; mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS; membro do grupo de pesquisa Carta-Imagem - UEFS; bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atuando principalmente nos seguintes temas: educação do campo, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas em ambiente hospitalar, educação e formação docente. E-mail para contato: osdi.art@hotmail.com.

Paula Paulino da Silva Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: paulinha.s90@hotmail.com

Rafael Gomez da Silva Carneiro Graduação em Direito pela UNINOVAFAPI; Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação CAPES; Grupo de Pesquisa: CORPOSTRANS. e-mail: rafaelgomezcarneiro@gmail.com

Rayane dos Santos Borges Graduação em Licenciatura em Educação Física pelo Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid); santosborges1897@outlook.com

Roberto Vinicio Souza da Silva Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí UESPI – Campus Parnaíba – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Juventudes (NEPJUV/UFPI-Parnaíba)

Romário Ráwlyson Pereira do Nascimento Graduado em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Campus Parnaíba – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí UFPI – Vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Gênero e Cidadania (NEPEGECI) – Professor do Município de Luis Correia - PI

Rosemary Meneses dos Santos Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco – RJ – Especialista em Libras pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET/CCTP e Especialista [Psicopedagogia](#) pela ISEPRO em Parnaíba. Professora do Município de Tutóia - MA

Silvana Nóbrega Gomes Professora do Centro Universitário de João Pessoa; Graduado em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB; Mestre Em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Doutora em Educação Física e Esportes pela Universidade de Granada/Espanha UGR/ES; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)-Coordenadora pedagógica. Silvana.n.g@hotmail.com

Suely Marilene da Silva Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais Instituição Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Formação em Pedagogia pela Instituição Universidade Vale do Acaraú – UVA; Pós-graduada em Gestão Escolar e Coord. Pedagógica Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup; Pós-graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho Instituição Faculdade de Saúde de Paulista – Fasup

Suzana dos Santos Cirilo Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba. Email: suzana.182009@hotmail.com

Tamires de Campos Leite Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas. Graduanda do Curso de Letras-Libras Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail para contato: ttamireslleite@gmail.com.

Valdeci Silva Mendes Técnico Administrativo em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso; Graduação: em Enfermagem pela Universidade Federal de Mato Grosso; Mestrado: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Doutorando: em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso; Grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação; E-mail: valdeciconexoes@ufmt.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-77-6

